

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio social	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.




**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Emanuel Menezes Couto
Contador CRC SP-328006/O

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	609	949	670	1.011
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	191.236	101.327	191.236	101.327
Títulos e valores mobiliários vinculados (Nota 5)	14.460	5.232	14.460	5.232
Contas a receber (Nota 6)	84.302	81.933	84.302	81.933
Estoques (Nota 7)	12.560	10.335	12.560	10.335
Outras contas a receber	1.797	3.011	1.797	3.012
	304.964	202.787	305.025	202.850
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	765.999	668.468	765.999	668.452
Depósitos judiciais	1.682	253	1.682	253
Outras contas a receber	449	359	449	359
	768.130	669.080	768.130	669.064
Imobilizado (Nota 8)	215.475	219.901	215.475	219.901
Intangível (Nota 9)	5.701	6.380	5.701	6.380
Propriedade para investimento (Nota 10)	36.478	36.325	36.478	36.325
	257.654	262.606	257.654	262.606
Total do ativo	1.330.748	1.134.473	1.330.809	1.134.520

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo e patrimônio social				
Circulante				
Fornecedores (Nota 11)	32.371	26.733	32.371	26.733
Salários e contribuições sociais (Nota 12)	19.271	18.364	19.271	18.364
Adiantamento de clientes	2.946	4.806	2.946	4.806
Subvenções (Nota 2.11 (a))	14.461	5.233	14.461	5.233
Receitas diferidas	831	831	831	831
Outras contas a pagar	210	362	271	409
	70.090	56.329	70.151	56.376
Não circulante				
Investimentos subsidiados (Nota 2.11 (c))	39.326	43.130	39.326	43.130
Provisão para contingências (Nota 13)	2.443	6.805	2.443	6.805
Receitas diferidas	1.865	2.699	1.865	2.699
	43.634	52.634	43.634	52.634
Total do passivo	113.724	108.963	113.785	109.010
Patrimônio social (Nota 14)				
Patrimônio social	1.025.510	895.672	1.025.510	895.672
Superávit do exercício	191.514	129.838	191.514	129.838
Total do patrimônio social	1.217.024	1.025.510	1.217.024	1.025.510
Total do passivo e patrimônio social	1.330.748	1.134.473	1.330.809	1.134.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas operacionais				
Receitas com atividades hospitalares				
Convênios	264.842	242.679	264.842	242.679
Particular	25.021	18.722	25.021	18.722
SUS	27.875	17.198	27.875	17.198
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	2.911	8.125	2.911	8.125
Outras	560	-	560	-
(-) Dedução da receita	(20.004)	(16.798)	(20.004)	(16.798)
	301.205	269.926	301.205	269.926
Receitas com atividades ambulatoriais				
Convênios	17.863	16.568	17.863	16.568
Particular	10.836	9.262	10.836	9.262
SUS	52.315	47.828	52.315	47.828
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	10.131	6.915	10.131	6.915
(-) Dedução da receita	(3.464)	(2.636)	(3.464)	(2.636)
	87.681	77.937	87.681	77.937
Receitas institucionais				
Receitas com doações (Nota 15)	103.796	103.862	103.796	103.862
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	6.444	2.390	6.444	2.390
Investimentos subsidiados (Nota17)	5.446	5.253	5.446	5.253
Receitas financeiras (Nota19)	116.362	74.669	116.362	74.898
Gratuidades concedidas (Nota 23)	90.415	91.562	90.415	91.562
Voluntariado (Nota 20)	2.975	2.441	2.975	2.441
Outras (Nota18)	23.950	27.337	23.950	27.337
(-) Dedução da receita	(62)	(82)	(62)	(82)
	349.326	307.432	349.326	307.661
Total das receitas	738.212	655.295	738.212	655.524

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações dos resultados--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas operacionais				
Despesas com atividades hospitalares				
Despesas com pessoal	(46.091)	(43.905)	(46.091)	(43.905)
Despesas com material	(118.373)	(114.286)	(118.373)	(114.286)
Despesas com prestação de serviços	(39.025)	(32.385)	(39.025)	(32.385)
Despesas administrativas e gerais	(10.611)	(5.313)	(10.611)	(5.313)
	(214.100)	(195.889)	(214.100)	(195.889)
Despesas com atividades ambulatoriais				
Despesas com pessoal	(69.563)	(64.025)	(69.563)	(64.025)
Despesas com material	(33.576)	(34.863)	(33.576)	(34.863)
Despesas com prestação de serviços	(11.894)	(9.378)	(11.894)	(9.378)
Despesas administrativas e gerais	(5.244)	(7.148)	(5.244)	(7.148)
	(120.277)	(115.414)	(120.277)	(115.414)
Despesas com atividades institucionais				
Despesas com pessoal	(58.960)	(59.143)	(58.960)	(59.143)
Despesas com material	(4.763)	(4.055)	(4.763)	(4.055)
Despesas com prestação de serviços	(29.400)	(29.670)	(29.400)	(29.670)
Despesas administrativas e gerais	(17.071)	(19.462)	(17.071)	(19.564)
Despesas com doação	(7.476)	(6.662)	(7.476)	(6.662)
Despesas financeiras e bancárias	(1.261)	(1.159)	(1.261)	(1.286)
Gratuidades concedidas (Nota 23)	(90.415)	(91.562)	(90.415)	(91.562)
Voluntariado (Nota 20)	(2.975)	(2.441)	(2.975)	(2.441)
	(212.321)	(214.154)	(212.321)	(214.383)
Total das despesas	(546.698)	(525.457)	(546.698)	(525.686)
Superávit do exercício	191.514	129.838	191.514	129.838

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não é apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado		
	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Em 1º de janeiro de 2024	719.536	176.136	895.672
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	176.136	(176.136)	-
Superávit do exercício	-	129.838	129.838
Em 31 de dezembro de 2024	895.672	129.838	1.025.510
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	129.838	(129.838)	-
Superávit do exercício	-	191.514	191.514
Em 31 de dezembro de 2025	1.025.510	191.514	1.217.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Superávit do exercício	191.514	129.838	191.514	129.838
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa				
Líquido gerado pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações (Notas 8 e 9)	22.153	21.858	22.153	21.858
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida (Nota 13)	(4.362)	(177)	(4.362)	(177)
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6)	928	72	928	72
Constituição (reversão) de provisão glosas (Nota 6)	6.477	(1.925)	6.477	(1.925)
Baixas de ativo imobilizado (Nota 8)	4.448	3.571	4.448	3.571
Baixas de ativo intangível (Nota 9)	-	9	-	9
Provisão para perda de estoques (Nota 7)	(221)	428	(221)	428
Ativos imobilizados recebidos por doações (Nota 8)	(100)	(593)	(100)	(593)
Propriedade para investimento recebida em doação (Nota 10)	(153)	(563)	(153)	(563)
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(9.774)	(1.429)	(9.774)	(1.429)
Estoques	(2.004)	141	(2.004)	141
Depósitos judiciais	(1.429)	1.483	(1.429)	1.483
Outras contas a receber	1.124	(1.875)	1.125	(1.876)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	5.638	(3.119)	5.638	(3.119)
Salários e contribuições sociais	907	(228)	907	(228)
Adiantamento de clientes	(1.860)	2.719	(1.860)	2.719
Subvenções	9.228	(3.626)	9.228	(3.626)
Investimento subsidiado	(3.804)	(1.114)	(3.804)	(1.114)
Parcelamento de impostos	-	(333)	-	(333)
Receitas diferidas	(834)	1.610	(834)	1.610
Outras contas a pagar	(152)	-	(138)	47
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	217.724	146.747	217.739	146.793
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Movimentação líquida dos títulos e valores mobiliários	(196.668)	(113.653)	(196.684)	(113.637)
Recebimento pela venda de imobilizado	796	-	796	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	(21.147)	(31.833)	(21.147)	(31.833)
Aquisição de bens do ativo imobilizado em andamento	(1.045)	(1.545)	(1.045)	(1.545)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(218.064)	(147.031)	(218.080)	(147.015)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(340)	(284)	(341)	(222)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	949	1.233	1.011	1.233
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 4)	609	949	670	1.011
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(340)	(284)	(341)	(222)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("AACD" ou "Associação") é uma entidade de caráter beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem por objetivo social promover a prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências físicas permanentes, temporárias ou decorrentes de outras patologias, além de promover a sua adaptação ou readaptação social após a recuperação, e é regida pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de: prestação de serviços de saúde hospitalar e ambulatorial; doações espontâneas; dispensação de próteses, órteses e aparelhos ortopédicos; campanhas; subvenções; contribuições de associados e mantenedores; e receitas financeiras.

A AACD foi declarada de Utilidade Pública conforme a Lei Estadual nº 2.091, de 27 de dezembro de 1952 e o Decreto Municipal nº 19.265, de 25 de novembro de 1983. Também está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sob o nº 1073/CMDCA/2004, em processo de renovação desde novembro 2025 conforme protocolo 36133906.

A Associação entende que os recursos aplicados são suficientes para investimentos futuros e para manutenção de suas operações, por um prazo razoável de tempo, na eventualidade de ocorrência de situações adversas de qualquer natureza, sem impacto nos atendimentos prestados.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Superintendência e Conselho de Administração da Associação em 23 de março de 2026.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional, e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo as normas divulgadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e considerando a Interpretação Técnica das "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)".

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação--Continuação

a) Declaração de conformidade--Continuação

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado "VJR".

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

e) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações financeiras da Associação e seus fundos exclusivos (investidas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Associação estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação--Continuação

e) Base de consolidação--Continuação

Deste modo, a instituição, seguindo o pronunciamento CPC 36 Demonstrações Consolidadas, apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido suas operações de investimentos em fundos exclusivos configurarem controle de acordo com tal norma uma vez que o percentual de participação nas quotas desses fundos é de 100% o que resulta em (a) poder sobre a investida; (b) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (c) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. A instituição consolida os fundos exclusivos conforme mencionado na Nota Explicativa 5, não havendo nenhum investimento em outra entidade.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários registrados no ativo são instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustados ao seu valor justo em contrapartida do resultado do exercício. As cotas dos fundos de investimento são registradas pelo valor da última cota disponível, informado pelo administrador do fundo. Todo recurso obtido com os rendimentos das aplicações financeiras, inclusive dos fundos exclusivos, é direcionado integralmente para atividade fim da instituição.

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Reconhecimento e mensuração inicial--Continuação

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Ativos financeiros - mensuração subsequente

Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- For mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial. Caso a Associação mude o modelo de gestão de ativos financeiros, todos os ativos financeiros afetados serão revisados e reclassificados conforme regula a norma CPC 48 - Instrumentos financeiros.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Ativos financeiros - mensuração subsequente--Continuação

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Classificação de passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Redução ao valor recuperável impairment de ativos financeiros

A AACD adota o modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Esse modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJR, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Redução ao valor recuperável impairment de ativos financeiros--Continuação

Para os títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, a Associação não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha e consideramos tipos de investimentos mais conservadores.

Para as contas a receber, a AACD estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito com clientes e planos de saúde, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores, para o ambiente econômico e dinâmica do setor da saúde.

2.5. Estoques

Avaliados pelo método do custo médio das compras ou de produção, ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Quando aplicável, é constituída provisão para perda dos estoques, sobre itens obsoletos ou morosos nas datas dos balanços.

2.6. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado--Continuação

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa.

Os ganhos ou perdas na alienação ou baixa de ativos imobilizados são apurados pela diferença entre o valor líquido obtido na venda e o respectivo valor contábil na data da transação, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva baixa.

2.7. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A vida útil dos ativos intangíveis com vida útil definida é de 5 anos, e a amortização é 20% ao ano.

2.8. Propriedade para investimento

Refere-se a propriedades mantidas para auferir receita de arrendamento, aluguel ou valorização de capital, mas não para venda no curso normal das operações, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A AACD decidiu manter suas propriedades para investimento mensuradas pelo custo histórico de aquisição. O valor justo estimado das propriedades para investimento encontra-se divulgado na Nota 10.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", os ativos não financeiros que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, com base nas análises efetuadas, não foram identificados indicadores de potencial redução do valor de recuperação em adição aos montantes anteriormente reconhecidos como perda, referente aos ativos das unidades em processo de encerramento, conforme descrito na Nota 8.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.11. Subvenções governamentais

a) Subvenções para custeio de projetos específicos

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", e apropriadas como receita, na rubrica "Subvenção, convênios e termos", quando da efetiva prestação do serviço para projetos específicos.

b) Subvenções para custeio para manutenção de unidades

Reconhecidas e apropriadas como Receita na rubrica "Subvenção, convênios e termos" mediante assinatura do convênio para manutenção das unidades por um período determinado.

c) Subvenções para investimento

Referem-se a subvenções para a aquisição ou construção de bens que serão de responsabilidade da AACD. Referidas subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", no momento da aquisição do bem o valor sai da rubrica de "Subvenções" e passa para a rubrica de "Investimentos subsidiados", sendo apropriado como receita, na rubrica "Investimentos subsidiados", ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos ou construídos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". Adicionalmente, o bem adquirido ou construído é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado conforme critérios estabelecidos em Nota 2.6.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Provisões para contingências

A AACD é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da AACD.

2.13. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e dos encargos incorridos.

2.14. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.15. Reconhecimento da receita e apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência.

Receita

a) *Venda de produtos*

De acordo com o CPC 47, a receita de dispensação de produtos da oficina (venda) é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos. O reconhecimento da receita ocorre quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador; na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Associação; e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

b) *Prestação de serviços*

A receita de prestação de serviços (atividades hospitalares e ambulatoriais) é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, independente do faturamento.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento da receita e apuração do resultado--Continuação

Receita--Continuação

c) *Receita de doações*

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

d) *Voluntariado*

A Associação obedece rigorosamente à legislação vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal, Regional, Comitês e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros, integrantes dos Comitês, e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

2.16. Apuração dos atendimentos financiados com recursos próprios (gratuidades)

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes da AACD com deficiência são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos contratados pelo SUS.

A não contratação por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exige a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, para fins de apresentação na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, bem como na Nota 23, os valores relativos a gratuidades são demonstrados separadamente como receita e despesa no mesmo valor, sem gerar alteração do superávit do exercício.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Associação avaliou as alterações e revisões às normas contábeis com vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025 ou após essa data e concluiu que sua adoção não produz impactos nas demonstrações financeiras da Instituição no exercício de 2025.:

- A alteração CPC 18 (R3) - Investimentos em coligadas e em empreendimento controlado em conjunto: atualização contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

2.18. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Associação, estão descritas a seguir.

Em abril de 2024, o International Accounting Standards Board ("IASB") emitiu a IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá a IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis). No Brasil, a norma será refletida por meio do CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis, atualmente em processo de convergência pelos órgãos reguladores.

A norma estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo a definição de subtotais obrigatórios, a classificação de receitas e despesas em categorias específicas (operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o resultado e operações descontinuadas) e a ampliação das divulgações, com destaque para as medidas de desempenho definidas pela Administração. Também foram promovidas alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, principalmente quanto ao ponto de partida do método indireto e à classificação dos fluxos relacionados a juros e dividendos.

O CPC 51 terá vigência para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil, e deverá ser aplicado retrospectivamente.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

A Associação está avaliando os impactos da adoção da referida norma e entende, com base em análise preliminar, que os principais efeitos deverão estar relacionados à forma de apresentação e ao nível de detalhamento das divulgações nas demonstrações financeiras. Considerando a natureza das operações da Entidade, voltadas à prestação de serviços na área da saúde, não são esperados impactos relevantes no reconhecimento ou mensuração de ativos e passivos. A Associação continuará acompanhando a evolução das discussões regulatórias e avaliará os efeitos de sua adoção quando da entrada em vigor do novo pronunciamento.

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (“IASB”) emitiu alterações à IFRS 9 e IFRS 7, que tratam da classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. No Brasil, tais alterações deverão ser incorporadas aos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As revisões incluem esclarecimentos relacionados à baixa de passivos financeiros, orientações adicionais para avaliação de fluxos de caixa contratuais - inclusive aqueles vinculados a características ESG - e novos requisitos de divulgação para determinados instrumentos financeiros.

As alterações são aplicáveis para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida adoção antecipada apenas em situações específicas.

A Administração avalia que a adoção dessas alterações não deverá gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Entidade, considerando a natureza de suas operações no terceiro setor, voltadas à prestação de serviços de saúde. A Entidade acompanhará a emissão das revisões pelo CPC e avaliará eventuais efeitos quando de sua entrada em vigor.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores prospectivos estimados que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

- (a) Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6);
- (b) Provisão para glosas (Nota 6);
- (c) Vida útil estimada do imobilizado e do intangível (Notas 8 e 9);
- (d) Provisão para contingências (Nota 13);
- (e) Provisão para perda de estoques (Nota 7); e
- (f) Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Recursos próprios				
Caixa e bancos	609	949	670	1.011
Total	609	949	670	1.011

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Títulos e valores mobiliários				
Recursos próprios - circulante (a)				
Poupança	-	10	-	10
Fundo de investimento - não exclusivos	5.509	1.080	5.509	1.080
Operações compromissadas - CDBs	185.727	100.237	185.727	100.237
	191.236	101.327	191.236	101.327
Recursos vinculados - circulante (b)				
Poupança	6.171	4.651	6.171	4.651
Fundo de investimento - não exclusivos	8.289	581	8.289	581
	14.460	5.232	14.460	5.232
Recursos próprios - não circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) - DI (c)	299.282	260.935	299.282	264.040
Fundo de investimentos - Exclusivos (d)	466.717	407.533	-	-
Fundos de Investimentos - Outros Fundos (d)	-	-	128.319	181.661
Letras Financeiras - Bancos Privados (d)	-	-	231.965	15.837
Letras Financeiras do Tesouro (d)	-	-	106.433	206.914
	765.999	668.468	765.999	668.452
Total	971.695	775.027	971.695	775.011

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários--Continuação

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDB) mantidas junto às instituições financeiras Bradesco, BV, Safra e Santander. Em 31 de dezembro de 2025, substancialmente a totalidade dessas aplicações estava remunerada a taxas próximas a 100% do CDI. Parcela não material da carteira, representando aproximadamente 1% do total aplicado em títulos e valores mobiliários, apresentava remuneração média de 34,93% do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações estavam remuneradas entre 41,15% e 102,60% do CDI.
- (b) Referem-se a aplicações financeiras vinculadas a projetos financiados por subvenções governamentais, conforme descrito na Nota 2.11 (a) e (c). Esses recursos são mantidos em instrumentos de baixa volatilidade, substancialmente representados por fundos de renda fixa, remunerados a taxas próximas a 92,11% do CDI. Parcela menor da carteira encontra-se aplicada em caderneta de poupança, com remuneração equivalente a aproximadamente 58,46% do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, essas aplicações apresentavam remuneração média equivalente a 70,64% do CDI.
- (c) Referem-se as operações de aplicações em CDB-DI no Banco Santander com vencimento em novembro de 2027 e aplicações em fundos exclusivos no Banco Itaú com prazo indeterminado de duração e remuneradas às taxas entre 101,46% e 102,50% do (CDI). Em 31 de dezembro de 2025 (102,50% do (CDI) em 31 de dezembro de 2024).
- (d) Referem-se aos investimentos em fundos de renda fixa, que são aplicações financeiras voltadas para gerar rendimento com menor risco. Em setembro de 2024, foram iniciados dois fundos exclusivos: MOVIMENTO IT FIF RF (Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa) - administrado pelo Banco Itaú e MOVIMENTO BR FIF CRPR RF (Fundo de Investimento Financeiro Crédito Privado Renda Fixa) - administrado pelo Banco Bradesco, esses fundos possuem o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) como parâmetro de desempenho. Até 31 de dezembro de 2025, ambos os fundos apresentaram um rendimento equivalente a 101,46% do CDI. Importante ressaltar que a instituição não possui aplicações em Fundos de Investimento em Participações (FIP), voltados para investimentos em empresas e que costumam envolver maior risco.

6. Contas a receber

- a) As contas a receber são demonstradas como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Convênios e planos de saúde	83.203	74.974
Sistema Único de Saúde (SUS)	11.803	12.729
Particular	9.051	6.585
Outros	711	706
	104.768	94.994
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.098)	(170)
Provisão para glosas	(19.368)	(12.891)
Total	84.302	81.933

- b) A análise das contas a receber por idade de vencimento está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidada	
	2025	2024
A vencer	71.750	67.296
Vencidas		
Até 30 dias	6.030	6.948
De 31 a 60 dias	3.392	1.342
De 61 a 90 dias	2.595	2.764
De 91 a 180 dias	7.056	6.059
De 181 a 360 dias	7.263	6.103
Acima de 360 dias	6.682	4.482
Total	104.768	94.994

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber--Continuação

c) A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	98
Constituição de provisão no exercício, líquidas	72
Saldo em 31/12/2024	170
Constituição de provisão no exercício, líquidas	928
Saldo em 31/12/2025	1.098

d) A movimentação da provisão para glosas é assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	14.816
Reversão de provisão no exercício, líquidas	(1.925)
Saldo em 31/12/2024	12.891
Constituição de provisão no exercício, líquidas	6.477
Saldo em 31/12/2025	19.368

7. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Materiais para produção de órtese, prótese e materiais especiais	2.974	2.732
Materiais e medicamentos	5.436	5.273
Estoque de produtos acabados (a)	3.679	2.056
Materiais gerais (b)	690	697
Estoques de terceiros (c)	5	22
(-) Provisão para perda de estoques	(224)	(445)
Total	12.560	10.335

(a) O estoque de produtos acabados é composto por materiais produzidos para dispensação de órteses e próteses, além de meios de locomoção (aparelhos ortopédicos e cadeiras de rodas).

(b) No grupo de materiais gerais estão alocados materiais de captação, materiais de consumo, materiais de escritório, formulários, materiais de limpeza e materiais para manutenção.

(c) Este estoque é composto por operações de empréstimos e beneficiamentos com terceiros.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Custo		
Terrenos	7.872	7.799
Edifícios	177.991	176.392
Instalações	23.904	21.073
Móveis e utensílios	14.995	14.453
Equipamentos de informática	24.631	21.971
Veículos	406	529
Máquinas e equipamentos	99.733	92.896
Imobilizado em andamento (a)	3.377	4.824
	352.909	339.937
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado em andamento (b)	287	200
Importações em Andamento (c)	503	133
Depreciação Acumulada	(137.516)	(119.661)
Provisão encerramento unidades (d)	(708)	(708)
Total	215.475	219.901

- (a) Em 2025 o grupo de imobilizado em andamento está substancialmente representado por obras nas unidades Ibirapuera, Mogi, Osasco, Recife e Porto Alegre e Equipamentos em Andamento na unidade de Ibirapuera.
- (b) Em 2025, foram realizados os adiantamentos de fornecedores referente materiais para obras nas unidades Porto Alegre, Mogi e Ibirapuera.
- (c) Em 2025 a AACD iniciou o processo de importação do equipamento Câmeras Infravermelhas, utilizado no CDI, equipamento Scanner Struture e Equipamento impressora 3D, utilizado na Oficina Ortopédica para unidade Ibirapuera e processo de importação do equipamento Scanner Struture utilizado na Oficina Ortopédica na Unidade de Porto Alegre.
- (d) Referente à provisão para encerramento da unidade (perda por redução ao valor recuperável de ativos de Nova Iguaçu). A provisão foi constituída pois a operação da Unidade não está sob responsabilidade da AACD e há um processo em andamento para retificação da posse do Imóvel para a Prefeitura de Nova Iguaçu.

A movimentação do saldo do imobilizado está assim representada:

	Controladora e Consolidado				2024
	2023	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	7.799	-	-	-	7.799
Edifícios	164.025	1.195	(1.336)	12.508	176.392
Instalações	19.549	214	(407)	1.717	21.073
Móveis e utensílios	16.070	934	(2.563)	12	14.453
Equipamentos de informática	18.053	4.312	(1.447)	1.053	21.971
Veículos	467	146	(84)	-	529
Máquinas e equipamentos	85.058	8.184	(4.190)	3.844	92.896
Imobilizado em andamento	13.016	9.070	(385)	(16.877)	4.824
	324.037	24.055	(10.412)	2.257	339.937
Depreciações acumuladas	(106.432)	(20.486)	7.257	-	(119.661)
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado	215	1.246	(9)	(1.252)	200
Importações em Andamento	-	1.545	(407)	(1.005)	133
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(708)	-	-	-	(708)
Total	217.112	6.360	(3.571)	-	219.901

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

	Controladora e Consolidado				2025
	2024	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	7.799	73			7.872
Edifícios	176.392	575	(608)	1.632	177.991
Instalações	21.073	1.268	(53)	1.616	23.904
Móveis e utensílios	14.453	700	(199)	41	14.995
Equipamentos de informática	21.971	3.329	(1.671)	1.002	24.631
Veículos	529	-	(123)	-	406
Máquinas e equipamentos	92.896	6.834	(561)	564	99.733
Imobilizado em andamento	4.824	6.767	(3.887)	(4.327)	3.377
	339.937	19.546	(7.102)	528	352.909
Depreciações acumuladas	(119.661)	(20.396)	2.541	-	(137.516)
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado	200	623	(536)	-	287
Importações em Andamento	133	1.045	(147)	(528)	503
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(708)	-	-	-	(708)
Total	219.901	818	(5.244)	-	215.475

A Prefeitura do Município de São Paulo, com base na Lei nº 17.735, de 2022, autorizou a concessão administrativa de uso de área municipal à AACD por 40 anos. A área objeto da concessão é um terreno de 13.328,77 m², localizado na Rua Pedro de Toledo, Vila Clementino, onde foi construída a sede da AACD.

O processo encontra-se atualmente em fase de formalização do instrumento jurídico, com os respectivos termos e contrapartidas.

Do total das adições, reconhecemos o montante de R\$100 (R\$593 em 2024), referente a doações.

9. Intangível

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Custo		
Softwares - sistema de gestão	20.006	19.013
Amortizações acumuladas	(14.305)	(12.633)
Total	5.701	6.380

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

A movimentação do saldo está assim representada:

	Controladora e Consolidado				2024
	2023	Adições	Baixas	Transferência	
Softwares - sistema de gestão	11.897	2.424	(9)	4.701	19.013
Software em andamento	-	4.701	-	(4.701)	-
Amortizações acumuladas	(11.261)	(1.372)	-	-	(12.633)
Total	636	5.753	(9)	-	6.380
	2024	Adições	Baixas	Transferência	2025
Softwares - sistema de gestão	19.013	1.078	(85)	-	20.006
Software em andamento	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(12.633)	(1.757)	85	-	(14.305)
Total	6.380	(679)	-	-	5.701

10. Propriedade para Investimento

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Fazenda Santo André (a)	35.031	35.031
Demais Propriedades (b)	1.447	1.294
Total	36.478	36.325

(a) Em agosto de 2018, a Associação recebeu em doação uma fazenda, denominada "Fazenda Santo André", localizada entre os municípios de Cravinhos e São Simão, no Estado de São Paulo. A referida fazenda é objeto de contrato de arrendamento rural (concessão da terra para plantio por produtor rural), que foi renovado em 05 de dezembro de 2022 e está vigente até 31 de dezembro de 2032. A propriedade está contabilizado como propriedade para investimento com valor contábil de R\$35.031. O objetivo é de obter rendimentos para aplicação nos projetos da Associação.

O valor justo da propriedade em 31 de dezembro de 2024 e 2025 é de R\$95.455.

(b) Durante o exercício de 2018 foram transferidos do Ativo Imobilizado para Propriedade para Investimento 14 imóveis, ao valor líquido de R\$731 (custo amortizado), todos de propriedade da Associação, mas que são gravados com cláusula vitalícia de inalienabilidade e impenhorabilidade, e estão locados em função destas características. Em 2025 recebemos por herança 2 imóveis, ao valor de R\$153 o qual também será objeto de renda de locação. As receitas de aluguel geradas por estes imóveis são reconhecidas no resultado. Durante o exercício de 2025 a receita de aluguel totalizou R\$407 (R\$362 em 2024).

O valor justo estimado desses imóveis, determinado pela Administração, monta R\$6.913 em 31 de dezembro de 2025 (R\$5.868 em 2024). Como metodologia de cálculo para determinação do valor justo, a administração utilizou-se de preços médios de metro quadrado aplicados em negociações de mercado em vendas de imóveis nas regiões onde os ativos estão localizados e, quando aplicável, utilizou-se de fatores deflatores em função das condições de conservação desses imóveis.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores (a)	22.497	19.056
Provisão de fornecedores (b)	6.106	4.804
Provisão de repasse médico (c)	3.768	2.873
Total	32.371	26.733

(a) Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

(b) Referem-se principalmente a provisão de fornecedores de Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME.

(c) Referem-se à provisão de repasse médico (serviços médicos prestados cujos documentos fiscais não foram emitidos).

Risco Sacado - a AACD não possui contratos firmados com instituições financeiras para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus fornecedores, portanto não tem operações de Risco Sacado.

12. Salários e contribuições sociais

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Provisão para férias e encargos	14.518	13.797
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	2.205	2.142
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	1.293	1.266
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	918	867
Outros	337	292
Total	19.271	18.364

13. Provisão para contingências

A AACD, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, em diversas instâncias. A Administração constitui provisão para as causas cuja expectativa de perda é classificada como provável, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na análise das demandas em andamento, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Administração entende que as provisões registradas são suficientes para fazer face às prováveis perdas. Não há processos individuais relevantes que requeiram divulgação específica. Os valores provisionados são apresentados como segue:

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências--Continuação

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Trabalhista	2.276	1.865
Cíveis	151	217
Tributária e administrativa	16	4.723
Total	2.443	6.805

A movimentação da provisão é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado			
	Natureza das Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária e administrativa	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.917	-	5.065	6.982
Adições	1.890	217	431	2.538
Reversões e baixas	(1.942)	-	(773)	(2.715)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.865	217	4.723	6.805
Adições	1.518	224	206	1.948
Reversões e baixas	(1.107)	(290)	(4.913)	(6.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.276	151	16	2.443

A redução observada na rubrica de contingências tributárias e administrativas decorre, substancialmente, da reversão de provisões anteriormente constituídas para processos administrativos relacionados à prestação de contas de projetos financiados com recursos do PRONAS, no montante de R\$3.521. A reversão reflete a atualização do prognóstico jurídico desses processos, que passaram a ser classificados como de perda remota, em conformidade com o CPC 25.

Adicionalmente, a AACD é parte em processos cujos riscos de perda são classificados como possíveis, para os quais não há provisão constituída, totalizando R\$13.942 (R\$12.552 em 2024). O saldo é composto por 39 processos cíveis no montante de R\$5.595, 23 processos trabalhistas no valor de R\$4.875 e 15 processos tributários e administrativos no valor de R\$3.472. A variação em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, do ingresso de novos processos cíveis.

14. Patrimônio social

Conforme estatuto social, a AACD deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit.

Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receitas institucionais - com doações

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Mantenedores	22.622	21.527
Herança (a)	22.544	1.904
Doações Espontâneas (c)	19.961	16.221
Patrocínio de Eventos (c)	13.936	16.331
Donativos em materiais e serviços (c)	7.885	9.155
Doações Incentivadas por Terceiros (b) e (c)	7.303	29.407
Ações com empresas parceiras (c)	4.733	4.727
Projetos Patrocinados (c)	4.250	3.966
Doações via 0500 (c)	559	496
Doações via site (c)	3	128
Total	103.796	103.862

- (a) As receitas são provenientes de formais de partilha onde o falecido destina bens, recursos financeiros, ações e títulos financeiros para a AACD através de processo de inventário judicial.
- (b) As receitas são representadas pela campanha realizada através de doações de cartões de crédito ou títulos de capitalização com apoio de operadoras de cartões e bancos.
- (c) A campanha Teleton é uma maratona televisiva dedicada à sensibilização e mobilização da sociedade em torno da causa da pessoa com deficiência física. Em 2025 o programa foi realizado nos dias 07 e 08 de novembro. São horas de programação dedicadas a compartilhar histórias dos pacientes e arrecadar doações para manutenção das atividades da AACD, que está distribuída nas receitas mencionadas acima.

16. Receitas de subvenção, convênios e termos

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Receitas com atividades hospitalares		
Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo		
(a)	2.911	8.178
(-) Dedução da receita	-	(53)
Total	2.911	8.125
Receitas com atividades ambulatoriais		
Fundo Pró-Infância - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), CONDECA e CONDEMAT (b)	5.271	3.232
Demais subvenções, convênios e termos (c)	4.747	3.947
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco (d)	182	17
(-) Dedução da receita	(69)	(281)
Total	10.131	6.915
Receitas com atividades institucionais		
Demais subvenções, convênios e termos (c)	6.653	2.399
(-) Dedução da receita	(209)	(9)
Total	6.444	2.390

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receitas de subvenção, convênios e termos--Continuação

- (a) Referem-se a recursos recebidos da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, provenientes de emendas parlamentares, destinados ao custeio da prestação de serviços, manutenção e aquisição de equipamentos, compra de materiais e insumos e à expansão dos serviços médico-assistenciais voltados à pessoa com deficiência física.
- (b) Referem-se a recursos provenientes de incentivos fiscais destinados ao Fundo Municipal e ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, viabilizados por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mogi das Cruzes (CMDCA) e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (CONDECA), formalizados por Termos de Fomento e destinados ao custeio das atividades, à aquisição de equipamentos e à prestação de serviços de reabilitação física na unidade de Mogi das Cruzes, com atendimento a pacientes, inclusive dos municípios consorciados ao Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (CONDEMAT).
- (c) Referem-se a recursos decorrentes de convênios firmados com as Secretarias Municipais de Saúde de Uberlândia, Osasco e Porto Alegre, destinados à manutenção das unidades e ao subsídio dos serviços de tratamento e reabilitação física de pessoas com deficiência. Incluem, ainda, contrato celebrado com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) de São Paulo para prestação de serviços de reparo, substituição e manutenção preventiva e corretiva de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM), realizados por meio de Unidade Móvel.
- (d) Refere-se a recursos provenientes de emenda parlamentar estadual, conveniados junto à Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE), incluindo o Incremento Temporário do Teto de Média e Alta Complexidade (MAC), destinados ao fortalecimento da oferta de atendimentos hospitalares e ambulatoriais da unidade de Recife.

17. Receitas institucionais - investimentos subsidiados

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Subvenção para investimentos (a)	5.446	5.253
Total	5.446	5.253

- (a) Refere-se à depreciação dos bens adquiridos com verba pública, para atendimento ao CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

18. Receitas institucionais - outras

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Bazar (a)	16.001	13.583
Demais receitas (b)	3.783	10.018
Arrendamento de propriedade para investimento	2.818	2.851
Estacionamento	1.090	652
Lanchonete	258	233
Total	23.950	27.337

- (a) Refere-se ao aumento das receitas do bazar em 2025, no montante de R\$2,4 milhões em relação a 2024, impulsionado principalmente pelo maior volume de doações, ampliação da diversidade e melhoria na qualidade dos produtos disponibilizados para venda, bem como pela realização de eventos extraordinários ao longo do exercício
- (b) Correspondem a receitas provenientes de locações, cursos e congressos, comercialização de peças pré-fabricadas, recuperação de receitas e pesquisas patrocinadas

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidada	
	2025	2024	2025	2024
Receita de aplicação financeiras	116.066	74.240	56.450	66.706
Aplicações em operações compromissadas	-	-	13.508	2.497
Títulos de renda fixa	-	-	24.888	2.057
Fundos de investimentos	-	-	20.621	3.121
Descontos obtidos	291	420	291	420
Outras (a)	5	9	603	97
	116.362	74.669	116.362	74.898

(a) Representadas receita de multas, juros e taxas de negociação e derivativos.

20. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a AACD identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebidos durante os exercícios de 2025 e de 2024.

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas de valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Trabalho voluntário (a)	1.926	1.893
Conselhos e Comitês (b)	1.049	548
Total	2.975	2.441

- (a) O valor justo desta remuneração foi atribuído considerando R\$13,65/hora de janeiro a fevereiro e R\$14,08/hora de março a dezembro de 2025 (em 2024 R\$12,77/hora de janeiro a março e R\$13,65/hora de abril a dezembro), multiplicado pela quantidade de horas dedicada à Associação pelo seu corpo de voluntários relativos ao trabalho administrativo, em 2025 foram 100.478 horas (2024 - 103.276 horas) sendo tomada como premissa do cálculo o valor justo de um assistente administrativo, o qual mais se assemelha com as atribuições dos voluntariados.
- (b) No trabalho desenvolvido referente aos Conselhos de Administração, Consultivo, Regional, Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, em 2025, foram 601 horas (2024 - 503 horas), tendo sido aplicado o valor de R\$1.744,71/hora em 2025 (2024 - R\$1.107,75), para valorização destas horas.

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2025 e 2024, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit dos respectivos exercícios.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

Mensuração e hierarquia dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Associação utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado, baseadas em premissas internas e observações de mercado externo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Instrumentos financeiros	Nota	Método de mensuração	Nível	Controladora	Consolidado
				31/12/2025	31/12/2025
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor Justo (VRJ)	2	609	670
Títulos e valores mobiliários	5	Valor Justo (VRJ)	2	971.695	971.695
Contas a receber	6	Custo Amortizado	2	84.302	84.302
Passivos					
Fornecedores	11	Custo Amortizado	2	32.371	32.371

Não existem variações materiais entre os valores contábeis e os valores justos destes instrumentos.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos financeiros

A AACD participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, risco de liquidez e riscos de mercado (juros), aos quais a Associação entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da AACD são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência dos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo da AACD caso um cliente ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - a AACD faz o acompanhamento, controle e monitoramento dos riscos relacionados ao seu fluxo de Caixa e das ações mitigatórias juntamente com o **Comitê de Gestão e Finanças (CGF)** responsável pela supervisão das atividades e pelo assessoramento ao **Conselho de Administração**.

A AACD mantém uma política de investimentos conservadora, aplicando seus recursos exclusivamente em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, reconhecidas por sua solidez e baixa exposição a riscos. Essas aplicações seguem rigorosos critérios de segurança e conformidade com as melhores práticas do mercado, garantindo estabilidade e previsibilidade dos rendimentos nas datas dos balanços. Dessa forma, a AACD assegura a preservação do capital e a segurança financeira de seus recursos.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de crédito--Continuação

Contas a receber de clientes - para mitigar esses riscos a AACD tem políticas de análise das situações financeiras e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas juntos aos convênios médicos e constituição de provisão de perdas de créditos esperadas, assim como limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Risco de taxa de juros

O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações em títulos e valores mobiliários. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixas, garante à Associação baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Associação efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros, considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI para a próxima divulgação (12,25% em 31/12/2025 - fonte: Relatório Focus BACEN), considerado como cenários de sensibilidade redução de 25% e aumento de 25% e 50% conforme avaliado pela Administração da Associação.

Instrumentos financeiros	Risco	Controladora				
		31/12/2025	Cenário provável	Redução de 25%	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Caixa e equivalentes	Baixa CDI	609	684	665	702	721
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	971.695	1.090.728	1.060.969	1.240.486	1.150.244

Instrumentos financeiros	Risco	Consolidado				
		31/12/2025	Cenário provável	Redução de 25%	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Caixa e equivalentes	Baixa CDI	670	752	732	773	793
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	971.695	1.090.728	1.060.969	1.120.486	1.150.244

Risco de liquidez

É o risco em que a AACD irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da AACD.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados (quando aplicável) e excluindo o impacto de acordos de compensação:

	Controladora e Consolidado				
	Valor contábil	Total	12 meses ou menos	1-2 anos	Mais de 2 anos
31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	26.733	26.733	26.733	-	-
Outras contas a pagar	362	362	362	-	-
Total	27.095	27.095	27.095	-	-
	Controladora				
	Valor contábil	Total	12 meses ou menos	1-2 anos	Mais de 2 anos
31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	32.371	32.371	32.371	-	-
Outras contas a pagar	210	210	210	-	-
Total	32.581	32.581	32.581	-	-
	Consolidado				
	Valor contábil	Total	12 meses ou menos	1-2 anos	Mais de 2 anos
31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	32.371	32.371	32.371	-	-
Outras contas a pagar	271	271	271	-	-
Total	32.642	32.642	32.642	-	-

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela AACD e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço e dispensação de produtos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da AACD.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que um dos principais componentes do custo se refere a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias. Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos em títulos e valores mobiliários com taxas que acompanham a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e fundos de renda fixa.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2025 a cobertura dos seguros contratados é assim demonstrada:

Modalidade	Controladora e Consolidado Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	522.683
Responsabilidade civil	30.100
Veículos	2.560
Total	555.343

23. Gratuidades concedidas

A AACD realiza a maioria dos seus atendimentos ambulatoriais para os pacientes encaminhados pelo SUS, atendendo o disposto dos seus artigos 1º e 2º do Estatuto Social da AACD e da Lei vigente do CEBAS/Ministério da Saúde.

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
<u>Quantidade de internações hospitalares - diárias</u>		
SUS	3.651	3.326
Financiamento próprio	-	-
Convênios e particulares	16.439	13.420
Total	20.090	16.746
<u>Quantidade de atendimentos ambulatoriais</u>	2025	2024
SUS	390.612	382.767
Financiamento próprio	2.488	2.543
Convênios e particulares	150.561	119.442
Total	543.661	504.752

Para fins de mensuração e divulgação desta nota explicativa, os atendimentos são representados conforme as regras de faturamento vigentes e correspondem ao total de 901mil procedimentos em 2025 e 858mil procedimentos em 2024, divulgados para fins gerenciais e institucionais.

A AACD não detém a certificação do CEBAS pela aplicação de sua receita em gratuidade na área da saúde, portanto não se beneficia das gratuidades demonstradas, conforme legislação vigente. A certificação da entidade está fundamentada na prestação de serviços ao SUS no percentual requerido. Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes com deficiência física da AACD são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos contratados pelo SUS.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gratuidades concedidas--Continuação

A não contratação por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exige a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Em conformidade aos itens 13, 24, 26 e 27 - da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta o valor em gratuidade que dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2025 e 2024, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

<i>Em milhares de reais</i>	Controladora e Consolidado					
	2025			2024		
Local de atendimento	Financiamento Próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de Gratuidade	Financiamento Próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de Gratuidade
Hospital	-	26.561	26.561	-	31.839	31.839
Centro de Reabilitação	447	57.830	58.277	447	54.507	54.954
Centro de Diagnóstico	-	3.710	3.710	-	2.095	2.095
Dispensação de Órteses e Próteses	16	1.851	1.867	1	2.673	2.674
Total de Gratuidade	463	89.952	90.415	448	91.114	91.562

24. Imunidade tributária

O patrimônio, a renda e os serviços da AACD são imunes à incidência de impostos, conforme previsto no art. 150, inciso VI, alínea "c", e seu § 4º, bem como no art. 195, § 7º, da Constituição Federal de 1988.

A AACD atende aos requisitos estabelecidos no art. 14 do Código Tributário Nacional, na Lei Complementar nº 187/2021 e no art. 171 da Portaria GM/MS nº 7.325/2025, previstos no Estatuto Social e comprováveis pela escrituração contábil.

Em 14 de novembro de 2024, a entidade protocolou o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Área da Saúde (CEBAS). Enquanto o processo de renovação não for concluído, a certificação permanece válida, nos termos do § 2º do art. 37 da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece a manutenção da validade até a decisão administrativa definitiva sobre o requerimento tempestivamente apresentado.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

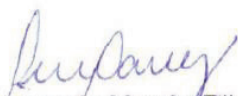
25. Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está apresentada conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Contribuição patronal de INSS	26.448	25.873
Risco de Acidentes de Trabalho (RAT)	1.215	1.312
Outras (SESC, SESI, SENAC etc.)	7.670	7.503
Total	35.333	34.688



Keli Regina Damisk Veloso
Contadora CRC 1SP-258408/O-4



Fernanda Maués Ribeiro
Superintendente de Administração e Finanças



Valdesir Galvan
Superintendente Geral - CEO